

Plenário aprova serviço voluntário nas PMs e nos corpos de bombeiros

O Senado acolheu ontem projeto de lei que permite aos estados e ao Distrito Federal criarem serviços voluntários de saúde e defesa civil nas duas corporações militares. Poderão ser admitidos como voluntários homens e mulheres com idade entre 18 e 23 anos, que receberão uma ajuda de custo de até dois salários mínimos por mês

PÁGINA 3

Promulgadas as emendas da saúde e dos precatórios

PÁGINA 2



Em cerimônia presidida pelo primeiro vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo, foi lançado ontem o Portal Legislativo, que facilitará o acesso a informações sobre as atividades parlamentares. Segundo Melo, o portal será "uma ferramenta extremamente valiosa".

PÁGINA 7

CCJ Aprovadas novas punições para gestão pública irregular

PÁGINA 5



Parlamentares vão visitar os estados de Maranhão e São Paulo

PÁGINA 6



Foi acolhida emenda, do senador Romeu Tuma, que proíbe o porte ou uso de arma de fogo pelo prestador de serviço voluntário



Antonio Carlos disse que o seu voto foi acompanhado por unanimidade

MESA ENDOSSA DECISÃO DE ACM SOBRE QUEBRA DE SIGILO

PÁGINA 4

MINISTÉRIO PÚBLICO DEVE CRIAR 340 NOVOS CARGOS DE PROCURADOR

Os senadores aprovaram, na sessão de ontem, projeto de lei que cria 340 novos cargos de procurador da República. A proposta, encaminhada pelo próprio Ministério Público Federal, tem como objetivo estabelecer simetria entre o número de procuradores e de juízes federais. Todos os cargos serão preenchidos mediante realização de concurso público.

PÁGINA 3

Congresso promulga duas emendas à Constituição

Ministro da Saúde, presidente da Câmara e parlamentares compareceram à sessão solene, presidida por Antonio Carlos Magalhães, em que foram promulgadas as mudanças na área da saúde e na liquidação de precatórios

Em sessão solene do Congresso Nacional, as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados promulgaram ontem duas emendas constitucionais. Uma delas eleva os recursos a serem aplicados pela União, estados e municípios nos serviços de saúde e a outra disciplina o pagamento de precatórios judiciais. A solenidade foi prestigiada por senadores e deputados, que lotaram o Plenário do Senado. Estiveram presentes, também, o atual ministro da Saúde, José Serra, e um de seus antecessores, Adib Jatene, o presidente da Câmara, Michel Temer, e o autor da proposta de emenda constitucional da saúde, deputado Carlos Mosconi (PSDB-MG).

Na presidência, o senador Antonio Carlos Magalhães informou que cinco exemplares com os autógrafos originais das emendas serão enviados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

A emenda constitucional da saúde estabelece que uma lei complementar definirá o percentual a ser



A promulgação da emenda constitucional, com a presença de numerosos parlamentares, significa a garantia de mais recursos para a área da saúde

aplicado no setor pela União e pelos estados e municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá a disposição constitucional transitória determinando que a União deverá destinar, no ano 2000, 5% a mais do que aplicou no setor em 1999. De 2001 a 2004 o orçamento da área da saúde será o valor do ano anterior somado à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

A promulgação da emenda implicará, já no ano de 2000, cerca de R\$ 1 bilhão a mais para a área da saúde, dado que o valor aplicado em 1999

totalizou R\$ 20,3 bilhões. Para 2001, o Executivo estimou, no projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso em agosto, que R\$ 24,8 bilhões serão destinados à saúde.

Pelas novas regras, os estados e o Distrito Federal, entre 2001 e 2004, deverão aumentar gradativamente os recursos que destinam à saúde até que, no quarto ano de vigência da emenda, o valor destinado à área alcance 12% da arrecadação com os impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre Propriedade de Veículos Au-

tomotores (IPVA), sobre transmissão de bens herdados e doações de qualquer natureza, e sobre o valor líquido das transferências constitucionais (cota-parte do ICMS e do Fundo de Participação dos Estados).

Os municípios e o Distrito Federal devem chegar a aplicar, em 2004, 15% da arrecadação com os impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU), sobre Serviços (ISS), transmissão de bens *inter vivos* e transferências derivadas de impostos (ICMS e Fundo de Participação).

A emenda constitucional que disciplina os pagamentos obrigatórios definidos por decisão da Justiça — os precatórios — estabelece que eles devem ser incluídos nos orçamentos dos respectivos órgãos do poder público, para liquidação no ano seguinte. No caso de falta de recursos disponíveis para o pagamento dos precatórios devidos, a emenda permite parcelamento em dez anos para débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após essa data deverão ser pagas à vista pelo poder público.



QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
11h — Preside sessão
deliberativa ordinária



PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 48/2000, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins; PLC nº 50/2000, altera a Lei nº 9.317/96, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples); substitutivo ao PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; substitutivo da Câmara ao PLS nº 297/91, que dá prioridade de atendimento à clientela que especifica; PDL nº 10/2000, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Maringá (PR); PDL nº 14/2000, que aprova o ato que renova a concessão da TV Globo de Juiz de Fora para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Juiz de Fora (MG); Requerimento nº 438/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 325/99 e 94/2000, por regulamentar a mesma matéria; Requerimento nº 443/2000, do senador Roberto Requião, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 14/98, com o PLS nº 657/99, por regulamentar a mesma matéria; e Requerimento nº 462/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62 e 92, de 1999; e 1/2000, com a de nº 29/2000, por regulamentar a mesma matéria.

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Mensagem nº 168/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Jefferson Kelman para exercer o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 169/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 170/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 171/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Lauro Sérgio de Figueiredo para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Mensagem nº 172/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ivo Brasil para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); Diversos nº 38/99, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 351/99, e dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre acompanhamento de procedimento licitatório para a concessão de áreas voltadas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; e Requerimento nº 14/2000, que cria a Subcomissão Permanente, destinada a apurar os vazamentos de óleo ocorridos no país.

Aprovados 24 projetos de créditos suplementares

Reunido ontem à noite, o Congresso Nacional aprovou 24 projetos que autorizam o Executivo a liberar créditos suplementares para quase todo o governo, entre eles R\$ 1,8 bilhão para despesas não previstas com pessoal dos ministérios e do Judiciário. A votação foi resultado de intensas negociações feitas durante todo o dia, porque as oposições questionavam a decisão de governo de colocar na pauta tantos projetos de uma vez.

Os ministérios da Saúde, da Educação e da Defesa foram os mais beneficiados com a votação. A Saúde terá mais de R\$ 160 milhões, o Fundo Nacional de Desenvolvi-

to da Educação outros R\$ 149 milhões, a Aeronáutica R\$ 293 milhões e o Exército 25 milhões. O dinheiro será usado no suprimento material da FAB, inclusive a compra de aviões de transporte C-130, e no pagamento de oito helicópteros comprados pelo Exército. Estados e municípios foram autorizados pelos congressistas a receber R\$ 1,2 bilhão do governo federal para compensar isenção de ICMS na exportação, enquanto o IBGE contará com R\$ 146 milhões para pagamento de pessoal e material usado no Censo 2000. O maior debate durante a votação girou em torno de um crédito especial de R\$ 7,5 milhões para a Fundação Cultural Palmares.

Presidente sanciona lei que dá prioridade a relatórios de CPIs

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou no último dia 5 projeto de lei de iniciativa do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que atribui prioridade, sobre quaisquer outras matérias, a relatórios de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) enviados ao Ministério Público e aos chefes do Executivo. A nova lei exclui da determinação apenas pedidos de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança.

O autor da proposta destaca que seu objetivo foi o de atacar a lentidão com que os processos se arrastam e, conseqüentemente, contribuir para a redução da impunidade. “Vislumbramos, com a nossa proposta, a solução para que as

conclusões de CPIs não venham a sucumbir diante da morosidade imposta pelos procedimentos ordinários”, afirma Tebet.

De acordo com o projeto, a autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente as providências adotadas ou a justificativa pela omissão, no prazo de 30 dias. Por sua vez, a autoridade que presidir processo ou procedimento administrativo ou judicial, instaurado em decorrência de conclusões de CPI, terá de comunicar, de seis em seis meses, a fase em este que se encontra. O descumprimento dessas normas sujeita a autoridade a sanções administrativas, civis e penais.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova serviço voluntário nas polícias militares e bombeiros

Projeto de lei, que será examinado em redação final antes de seguir para sanção presidencial, veda, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de arma pelos admitidos

Os estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, que vedou, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de arma de fogo pelos que prestarem esse serviço social voluntário. O texto deverá ser apreciado em sua redação final e depois irá à sanção.

Ficou decidido que a prestação desse serviço terá a duração de um ano, prorrogável no máximo por igual período. Poderão ser admitidos como voluntários homens entre 18 e 23 anos que excederem as necessidades de incorporação das Forças Armadas, assim como mulheres na mesma faixa etária. O número de voluntários ao serviço não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

A prestação voluntária do serviço não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária. Os voluntários deverão apenas receber auxílio mensal de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução do serviço. Esse auxílio não poderá exceder dois salários mínimos. Emenda de redação do senador Romeu Tuma (PFL-SP) proíbe que os voluntários portem ou usem armas de fogo nas vias públicas ou exerçam o poder de polícia.

Antes da aprovação, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) pediu que a matéria fosse remetida à Comissão de Assuntos Sociais para maior discussão. Como a medida atrasaria a votação, o Plenário rejeitou o requerimento.

Para sustentar sua tese, Loyola argumentou que há pontos a serem esclarecidos, como a exclusão dos municípios na proposta e o valor da remuneração prevista. "Muitos pais de famílias estão sobrevivendo com míseros salários. Por que então não atingirmos um número maior de beneficiados, efetivando um auxílio de até um salário mínimo, e duplicando para 160 mil o número de voluntários?", indagou.



Plenário decidiu apreciar o projeto sem nova discussão na CAS, para não atrasar a votação

Criação de novos cargos de procurador vai à sanção

O Senado aprovou ontem projeto de lei criando 340 novos cargos de procurador da República, a serem providos por concurso público. A proposta, de iniciativa do próprio Ministério Público, visa estabelecer simetria entre o número de procuradores e o de juizes federais, para assegurar o andamento harmonioso dessas atividades institucionais. Como o projeto foi aprovado na Câmara, agora segue para sanção.

Em seu parecer favorável, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) argumentou que a maior alteração qualitativa trazida pela Constituição de 1988 foi em relação ao Ministério Público, que recebeu uma importante elevação de *status*. A competência da instituição foi ampliada e garantida em nível constitucional, espantando, de vez, questões que se colocavam sobre o tema, para impedir a redução das atribuições do MP mediante legislação infra-

constitucional, explicou.

A Constituição, observou Alcântara, fixa as condições para que o Ministério Público exerça suas funções com independência. "Não se trata de mera autonomia administrativa e financeira, mas de real autonomia política. A instituição tem, hoje, um *status* similar ao de um Poder da União e dos estados, e, para garantir que essa missão seja cumprida, é preciso assegurar um quantitativo mínimo de pessoal", disse.

Volta à CAE projeto que muda lei de privatização

A pedido do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o Plenário decidiu devolver à Comissão de Assuntos Econômicos o projeto destinado a modificar o Programa Nacional de Desestatização para impedir o governo de alienar ações que excedem seu controle acionário da Petrobras. Como o governo vendeu essas ações no mês passado, Álvaro Dias classificou o projeto como inócuo, entendendo que a CAE poderá fazer alguma coisa para aperfeiçoá-lo.

"Infelizmente já é tarde. O prejuízo é irreversível e o projeto, inócuo", lamentou o senador, ao pedir que a matéria não fosse votada. Ele lembrou o quanto o tema foi debatido e afirmou que o país sofreu enorme

prejuízo com a venda das ações, realizada no mês passado, na Bolsa de Nova York. "Não é qualquer prejuízo. É um prejuízo incrível", frisou, pedindo que o projeto voltasse à CAE, para propiciar a rediscussão do modelo de privatização.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) solidarizou-se com o autor do projeto, mas ressaltou que o texto ainda tem possibilidades, visto que também impede a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Para ele, a venda das ações significa "uma mancha de natureza moral no comportamento deste governo".

O senador José Alencar (PMDB-MG) salientou o fracasso do Estado

como administrador de empresas, mas observou que, se o Estado não é bom empresário, há determinados setores dos quais ele não pode se afastar, como os relacionados à segurança nacional.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que o governo tenha deixado o Legislativo discutir o projeto enquanto vendia, "sem que ninguém soubesse", as ações que garantiam o controle acionário da Petrobras. E propôs um convite ao ministro de Minas e Energia para explicar esse assunto na CAE.

Lauro Campos (PT-DF) e Ramez Tebet (PMDB-MS) também discordaram do comportamento do governo.

Senado examina inclusão de creches no Simples

Em regime de urgência, o Senado vota hoje projeto de lei da Câmara que inclui creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental entre os beneficiários do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly, o projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP) na Comissão de As-

suntos Econômicos.

O projeto aumenta em 50% os percentuais devidos sobre a receita bruta apurada por essas escolas. Assim, se o faturamento for de até R\$ 60 mil, o imposto a ser pago será de 4,5%. Para um faturamento entre R\$ 60 mil e R\$ 90 mil, o imposto será de 6%; e para uma receita bruta de R\$ 90 mil a R\$ 120 mil, esse pagamento deverá ser de 7,5%. José Eduardo Dutra (PT-SE) sugere

que todos os projetos sobre esse assunto tramitem conjuntamente.

Também hoje será votado projeto estabelecendo atendimento prioritário, nas repartições públicas e nas concessionárias de serviços públicos, a portadores de deficiência, gestantes, lactantes e pessoas com mais de 65 anos. O projeto foi apresentado pelo ex-senador Francisco Rollemberg e modificado pela Câmara dos Deputados.

Confirmada indicação de Goldfajn para o BC

A indicação de Ilan Goldfajn, professor da PUC do Rio de Janeiro, para o cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central, foi aprovada ontem pelo Senado, com 51 votos favoráveis, sete contrários e quatro abstenções. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que, na sabatina pela CAE, Goldfajn não tenha esboçado preocupação com assuntos que, segundo ele, deviam preocupar um detentor desse cargo.

O senador referiu-se a questões como desemprego, distribuição de renda, dívida interna e externa e à forma como o BNDES concede empréstimos com juros baixos a empresários. Na opinião de Suplicy, empréstimos subsidiados a empresários servem sobretudo para gerar concentração de renda. Ele também indagou se um diretor de Política Econômica do BC não deveria estar preocupado com os juros da dívida da União, em torno de R\$ 78 bilhões, e se, para um país pobre como o Brasil, é prioritário pagar esses juros.

Acolhido nome de novo embaixador no México

O Senado aprovou ontem mensagens presidenciais indicando o diplomata Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para chefiar a embaixada do Brasil no México, cargo que ele acumulará com a representação em Belize.

Também foi aprovada a indicação de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com o cargo de embaixador brasileiro no Zimbábue, exercer o de embaixador junto à República do Malawi.

O Plenário aprovou ainda a indicação do general-de-exército Expedito Hermes Rego Miranda para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Sampaio Maia.

Na mesma sessão foi renovada a concessão da Rádio Mundial, da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Voto de pesar pela morte de prefeito

O Senado aprovou inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do prefeito do município de Gramado (RS), Nelson Dinnebier, e o envio de condolências à família, à prefeitura e ao estado do Rio Grande do Sul. Dinnebier era candidato à reeleição pelo PMDB.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento, disse que Nelson Dinnebier era um homem de caráter e um grande líder político. Como prefeito de Gramado, cargo que já havia exercido duas vezes anteriormente, foi "pioneiro na proposição de novas soluções para velhos problemas".

O senador José Fogaça (PMDB-RS) se associou à homenagem, destacando a jovialidade e competência de Dinnebier, que se aliava a uma grande simplicidade.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que os gaúchos têm consciência de que o trabalho e a honestidade de Nelson Dinnebier farão grande falta a Gramado e ao estado do Rio Grande do Sul.

Mesa aprova encaminhamento de pedidos de quebra de sigilo

Parecer de Antonio Carlos Magalhães foi acolhido por unanimidade. Requerimentos irão para órgãos do governo ou Ministério Público

A Mesa do Senado aprovou por unanimidade, na manhã de ontem, parecer do senador Antonio Carlos Magalhães encaminhando às autoridades competentes os pedidos de informação e de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e diversas outras pessoas relacionadas com as investigações da Subcomissão do Judiciário em torno do desvio de recursos da obra do fórum trabalhista de São Paulo.

— Meu voto foi acompanhado por toda a Comissão Executiva, todos os partidos, a oposição, o PMDB, o PFL, o PSDB, todos unanimemente aprovaram o deferimento dos pedidos que a extinta subcomissão havia feito, e que foram mandados para a Casa Civil, o Ministério da Fazenda, ou ao Ministério Público — explicou Antonio Carlos.

O presidente do Senado reite-

rou sua posição de que a Mesa tem poderes para ordenar a quebra de sigilo:

— A Mesa tem autoridade para fazer quebra de sigilo e só não a usou porque a própria oposição achou melhor enviar os requerimentos às autoridades — disse.

Em entrevista, Antonio Carlos esclareceu que as autoridades a quem são dirigidos os requerimentos de quebra de sigilo de informações de Eduardo Jorge são obrigadas a dar resposta ao Senado, o que não implica, porém, atendimento automático das solicitações feitas. “Os ministros são obrigados a responder, mas não são obrigados a responder de acordo com a minha vontade ou a de qualquer senador. Requerimento é uma coisa, ordem é outra”, explicou.

DOCUMENTOS

Antonio Carlos informou também que recebeu, e vai encami-

nhar à Mesa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e à Comissão de Fiscalização e Controle, documentos enviados pelo ex-secretário Eduardo Jorge, em ofício assinado por seu advogado, Gerardo Grossi.

No Plenário, o primeiro-secretário em exercício, Carlos Patrocínio (PFL-TO), leu ofício do advogado no qual encaminha a declaração de rendimentos do seu cliente e da esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, referente ao ano-base de 1999, além da declaração de rendimentos referente ao mesmo período de empresas em que Eduardo Jorge detém a maioria das cotas e, ainda, dados sobre conta bancária mantida nos Estados Unidos. No mesmo documento, Grossi informa que os sigilos pessoais do seu cliente e esposa no período em que ocupou o cargo na Presidência da República já foram remetidos à Subcomissão Permanente do Judiciário.

Agripino prevê nova subcomissão para apurar outras denúncias

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), comunicou ontem a autodissolução da Subcomissão do Judiciário, que vinha investigando denúncias de irregularidades na obra do fórum trabalhista de São Paulo. O senador



José Agripino lamentou a autodissolução da Subcomissão do Judiciário

disse, no entanto, que em outubro a subcomissão deve retomar seus trabalhos, desta vez para analisar outras denúncias decorrentes dos trabalhos da CPI do Judiciário.

Agripino afirmou que as investigações sobre as irregularidades na obra serão transferidas à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Depois de recordar a necessidade de respeito à recomendação da CPI do Judiciário para o acompanhamento de novas denúncias, ele anunciou que solicitará indicações aos partidos políticos para a nova subcomissão. “Faremos isso logo após as eleições”, adiantou.

Sua atitude foi considerada correta por José Eduardo Dutra (PT-

SE), que integrou a subcomissão como suplente. “O que está se extinguindo é a subcomissão transgênica, criada para assumir as tarefas da CPI e continuar investigando as obras do TRT”, observou Dutra; “ela acabou, como era previsto, porque não tinha poderes para isso”. Na sua opinião, os partidos não se opõem à nova subcomissão, depois que “baixar a poeira” do impasse que resultou no fim da atual.

Ao final da reunião da CCJ, Agripino leu dois expedientes recebidos na semana passada e dois apresentados ontem. Nos primeiros, o Bloco Oposição e o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediam afastamento da subcomissão. Os dois mais recentes, com o mesmo objetivo, foram apresentados pelo vice-líder do PSDB, Romero Jucá (RR), e pelo líder do PFL, Hugo Napoleão (PI).

— O que posso fazer é constatar a autodissolução da subcomissão, fato que evidentemente lamento — afirmou Agripino.

ACM reafirma prerrogativas do Senado

A demora na remessa de informações solicitadas pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, gerou ontem discussão sobre as prerrogativas constitucionais do Senado. Argumentando que o ministro estava descumprindo a Constituição, Dutra apresentou questão de ordem solicitando providências da Mesa para que ele respondesse por crime de responsabilidade. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou que manteve contato com o ministério e recebera a promessa de que as informações chegariam ainda ontem, o que acabou ocorrendo, conforme anunciou cerca de uma hora depois.

Dutra criticou o Executivo por frequentemente demorar-se no envio de informações e pediu que a Mesa resguardasse as prerrogativas do Senado. Recebeu de Antonio Carlos a garantia de “providências”, caso o Executivo não atendesse os pedidos dos parlamentares.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM) participaram do debate com observações sobre o resguardo de informações sigilosas solicitadas por senadores.



Comissão de Assuntos Sociais acolheu emendas a projeto de lei que cria os conselhos regionais e Federal de Leiloeiros Oficiais

Trabalho de ministro religioso pode ficar isento de contribuição

As instituições religiosas ficarão dispensadas de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa. A medida foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o acolhimento do substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), favorável ao projeto de lei da Câmara que trata do assunto. Pelo substitutivo, o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não será considerado prestação de serviço. O substitutivo também considera que esse trabalho não terá vínculo empregatício. O projeto será apreciado pelo Plenário e, se aprovado, seguirá para nova votação na Câmara. Seu autor, deputado Philemon Rodrigues, acompanhou a votação e aprovou

a decisão.

A CAS aprovou também parecer favorável a 11 das 24 emendas apresentadas em Plenário pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto de lei apresentado por Arruda que cria os conselhos regionais e Federal de Leiloeiros Oficiais. O projeto estipula que os leiloeiros serão escolhidos mediante edital e exercerão a atividade pagando uma caução, depositada em caderneta de poupança, no valor de R\$ 200 mil. Os membros da CAS aprovaram ainda parecer de Tião Viana (PT-AC) pela rejeição de projeto de decreto legislativo apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que pretendia sustar a portaria do Ministério da Justiça que declara de posse permanente dos índios a reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. Ambas as matérias serão votadas em Plenário.

Jonas quer juros mais baixos para fundos constitucionais

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) voltou a defender a diminuição dos juros bancários para os agricultores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para ele, os juros agrícolas estão insuportáveis e sufocam os produtores, com reflexos negativos no abastecimento interno.

Vice-presidente da Comissão Mista que analisa a medida provisória sobre os fundos constitucionais, o senador disse que a próxima reunião somente deverá ocorrer depois das eleições de outubro. Ele acredita que a comissão aprovará a diminuição dos juros para os agricultores e beneficiará todos os empresários que solicitaram empréstimos junto aos fundos, inclusive os da área de turismo e agroindústria.

Jonas estranhou que, enquanto os agricultores das regiões mais ri-



Jonas Pinheiro: “Com esses juros, ninguém agüenta”

cas pagam juros em torno de 8,75% ao ano, os produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste são obrigados a contrair os mesmos empréstimos com juros entre 9% e 16%. “Com esses juros, ninguém agüenta”, afirmou.

O caminho para conseguir a diminuição desses

juros, conforme observou, é a Comissão Mista. O senador entende que a medida provisória que trata dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não satisfaz na sua atual concepção, pois prejudica os agricultores que buscam recursos desses fundos para contrair empréstimos. A MP, reeditada pelo Executivo pela 24ª vez, tem por objetivo também renegociar as dívidas dos que contraíram empréstimo desde 1988, ano em que os fundos constitucionais foram criados.

CCJ aprova punição para mau administrador público

A comissão deu o voto favorável ao projeto que define os crimes comuns e de responsabilidade cometidos contra finanças públicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao projeto de lei que define os crimes comuns e de responsabilidade cometidos contra as finanças públicas e as leis orçamentárias. A proposta complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê apenas sanções institucionais a prefeitos e demais governantes que não gerenciarem os recursos públicos adequadamente. Para Jefferson, sem a nova lei, que altera o Código Penal, os pre-



Jefferson Péres: parecer favorável à proposta de autoria do Poder Executivo

feitos que promoveram “a tradicional farra de final de mandato” e que vão deixar o cargo em dezembro ficarão impunes.

O projeto, de autoria do Executivo, redefine o crime de “denúncia caluniosa” e inclui novos tipos penais relacionados à gestão orçamentária, financeira e fiscal do setor público. A proposta também inclui novos dispositivos à lei que define os crimes de responsabilidade. A intenção é tipificar crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores.

Nomeação de parente deve ter nova regra

Com base em relatório do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) determinando que a nomeação de cônjuges, companheiros ou parentes até segundo grau para cargos em comissão seja acompanhada de exposição de motivos assinada por autoridade responsável pelo ato. A justificativa deve demonstrar que a formação e a experiência profissional do nomeado são adequadas ao cargo.

Apesar de recomendar o voto

favorável, Dutra disse que o caminho mais adequado seria a proibição da contratação de parentes, de acordo com projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE), aprovado pelo Senado mas arquivado pela Câmara dos Deputados sob a alegação de ser inconstitucional.

— O projeto de lei do senador Requião é uma alternativa criativa, pois pelo menos estabelece regras mais transparentes para a nomeação de parentes. Assim, a opinião pública vai poder tomar conhecimento do ato e se informar sobre a competência do nomeado — afirmou Dutra.

Para o autor do projeto, o mecanismo proposto permite que a nomeação inadequada seja alvo de ação popular ou do Ministério Público. Roberto Requião afirma ainda que a proibição absoluta da nomeação de parentes transformaria o parentesco em “algo infamante”, o que não seria justo.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Fogaça (PMDB-RS) ressaltaram a importância da proposta. Apesar de votar favoravelmente, Fogaça entende que o projeto deveria incluir os requisitos mínimos para preenchimento de cargos em comissão.

Comissão concorda com novo critério para justiça gratuita

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende aos presidentes de juntas de conciliação e julgamento e aos juizes de direito investidos na jurisdição trabalhista a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. Caso não se apresente recurso para que seja apreciado em Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara.

De acordo com a proposta, o benefício será concedido aos que receberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal ou que provarem seu “estado de miserabilidade”. A decisão de concedê-lo só pode ser tomada atualmente pelos presidentes dos tribunais do Trabalho. A

possibilidade de ampliação do poder de conceder o benefício foi elogiada pelo relator do projeto, senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem os juizes de primeira instância são mais aptos a avaliar as condições econômicas do cidadão que solicita a isenção de custas.

Também recebeu voto favorável da CCJ parecer ao projeto do Poder Executivo que modifica os procedimentos utilizados na Justiça do Trabalho referentes à execução de contribuições devidas à Previdência Social. A proposta, que tramita em regime de urgência constitucional, é relatada pelo senador Lúcio Alcântara.

Foi ainda aprovado em caráter terminativo projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que revoga



Alcântara: proposta de sua autoria permite aos juizes trabalhistas a concessão do benefício

a cobrança, no Distrito Federal, de taxa judiciária destinada à construção do Palácio da Justiça e do prédio da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil. “Hoje a taxa não vai nem para o Palácio da Justiça nem para a OAB, uma vez que os dois edifícios já estão terminados”, disse. A cobrança foi considerada “esdrúxula e irregular” pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e “inadmissível” pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Criação de Central de Risco de Crédito é constitucional

Por iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) manifestou-se pela constitucionalidade do projeto de lei, formulado pela CPI do Sistema Financeiro, que cria uma Central de Riscos de Crédito no Banco Central. O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), ofereceu substitutivo, de forma que a proposta altere a lei de 1964 que criou o Conselho Monetário Nacional, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Se não sugerisse a mudança, justificou o relator, o STF poderia interpretar que os dispositivos propostos pela CPI deveriam fazer parte da lei

complementar, ainda não aprovada, prevista pelo artigo 192 da Constituição, que determina o tratamento global do Sistema Financeiro Nacional em um só documento legal.

Segundo o projeto, a Central de Riscos poderá ser consultada por entidades financeiras devidamente autorizadas, oferecendo aos bancos acesso a dados que informariam se tomadores de empréstimo estão em situação de difícil liquidez. O mecanismo, disse, poderia evitar que novos empréstimos fossem concedidos a uma empresa como a Encol. A proposta, que volta para a CAE, define ainda que o fornecimento de informações à central não constitui quebra de sigilo bancário ou fiscal.

Petrolina e Juazeiro podem ter área comum de integração

Em caráter terminativo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). A proposta permite também que seja instituído o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo.

O projeto, relatado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), tem como objetivo a integração e o desenvolvimento da região que compreende ainda os municípios de Orocó e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e de Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, na Bahia.

Segundo Freire, as duas cidades já estão conurbadas (formam um conjunto, em seqüência, sem no entanto se confundirem) e a medida poderá facilitar a condução de políticas públicas implantadas na região que envolve os dois estados. Afirma o senador que caberá ao Executivo implantar regras comuns no que se refere a tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito, isenção, unificação e incentivos fiscais.

— Com a criação da Região Administrativa Integrada, esse espaço geoeconômico e social poderá estar contemplado nos orçamentos e nas diretrizes orçamentárias da União — afirmou Freire.

CONSOLIDAÇÃO

A CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou igualmente relatório do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável ao projeto de lei do Executivo



Roberto Freire pretende garantir com o projeto a integração dos dois municípios pernambucanos

que altera a Lei Complementar nº 95, de 1998, referente às regras para elaboração, redação, alteração e consolidação de leis. Segundo Alcântara, o texto mostrou-se já nos seus momentos iniciais insuficiente e pouco claro com relação a aspectos da produção e consolidação de leis. Ela não apresenta, afirmou, solução para o problema da continuidade da vigência dos comandos legais revogados incluídos em consolidação de leis.

Os senadores da CCJ aprovaram ainda relatório do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) favorável a emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL) ao projeto que altera regras para concessão de bens e serviços públicos, constante da Lei das Licitações. O projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pretende evitar que entidades religiosas ou filosóficas sejam discriminadas na concessão de bens públicos. Ao participarem de licitações, disse, “jamais poderiam fazer frente em uma eventual disputa econômico-financeira com empresas que dispõem de estrutura”.



Leomar Quintanilha anunciou que a Universidade Federal do Tocantins funcionará já em janeiro

CCJ dá parecer favorável à Universidade do Tocantins

Após receber parecer favorável na Comissão de Educação (CE), o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Tocantins recebeu o aval da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou o relatório apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Com os dois pareceres, a matéria, que tramita em regime de urgência, já está pronta para votação em Plenário.

Quintanilha afirmou que o Tocantins é a única unidade da Federação a não ter uma universidade federal, o que "agrava ainda mais as desigualdades regionais que impedem o desenvolvimento do país". O relator também falou da "atuação decisiva do governador do estado", Siqueira Campos, no fortalecimento do ensino superior no Tocantins.

O projeto prevê que o patrimônio da fundação será constituído por bens que venham a ser doados pela União, estado e municípios, além de outras entidades públicas e particulares. Dotações orçamentárias, auxílios e subvenções concedidos por entidades privadas também farão parte dos recursos da nova universidade federal.

O governo do estado já anunciou que doará todo o patrimônio da Universidade do Tocantins (Unitins) para a nova fundação. Segundo o relator na CE, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), na prática a criação da universidade será a federalização da Unitins. Ele anunciou que a expectativa é que a fundação já esteja em funcionamento a partir de janeiro de 2001.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) aproveitou a discussão do projeto para manifestar-se inconformado com a "desigualdade histórica" na distribuição de recursos públicos para as diferentes instituições federais de ensino superior. Roberto Freire (PPS-PE) também anunciou seu voto favorável ao projeto.

CPI do Roubo de Cargas irá a São Paulo e ao Maranhão

Os dois estados, onde é maior a incidência do crime, serão os primeiros a receber a visita da comissão, que deverá funcionar por mais um ano

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o crescimento do roubo de cargas em todo o país inicia em outubro a série de visitas aos estados em que é maior a incidência desse crime. Os primeiros estados a receber a visita dos parlamentares da CPI serão Maranhão e São Paulo, onde serão investigadas pessoas e empresas sus-



peitas de envolvimento com quadrilhas de roubo de cargas e lavagem de dinheiro.

As visitas foram decididas ontem, em reunião administrativa da comissão. Ainda em setembro, a CPI deve

enviar ao Maranhão uma força-tarefa, composta de funcionários, para a realização de diligências.

A CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), terá seu prazo de funcionamento prorrogado por mais um ano, conforme pedido do relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO).

Comitê acompanhará obras públicas com indícios de irregularidades

Todas as obras públicas com indícios de irregularidades serão acompanhadas de perto por um grupo de senadores e deputados da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A criação de comitê com essa finalidade foi decidida na manhã de ontem durante reunião de líderes partidários com o presidente e o relator-geral do projeto de Orçamento de 2001, respectivamente deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) e senador Amir Lando (PMDB-RO). O grupo será permanente e acompanhará toda a execução orçamentária.

A intenção é aproximar a Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que investiga denúncias de irregularidades no uso de verbas do Orçamento. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhou ao Congresso lista de 20



Amir Lando, relator do projeto de Orçamento para 2001, participou da criação do colegiado

obras que deveriam contar com recursos no próximo ano mas nada receberão até que as irregularidades sejam saneadas.

Fazem parte do comitê o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e os deputados Alberto Goldman, Pedro Novais (PMDB-MA), Giovanni Queiroz (PDT-PA), Danilo de Castro (PSDB-MG), Iberê Ferreira (PPB-RN) e Gilmar Machado (PT-MG).

Foi formado ainda um segundo

comitê de parlamentares para assessorar o relator-geral, senador Amir Lando, na análise das receitas previstas no projeto de Orçamento de 2001. Amir Lando apresentará até o dia 4 de outubro relatório preliminar, e só então serão indicados sub-reletores setoriais. Integram o comitê os deputados Konder Reis (PFL-SC), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Sérgio Miranda (PC do B-MG) e um representante do PT na Câmara.

Comissão de Relações Exteriores deve ouvir ministros sobre Plano Colômbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) para que sejam ouvidos os ministros da Defesa, Geraldo Quintão, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, sobre o posicionamento do Brasil em relação ao Plano Colômbia de combate ao narcotráfico. O programa, formulado com o apoio dos Estados Unidos, tem sido alvo de críticas e questionamentos quanto à soberania dos países vizinhos e à uti-

lização de fungicidas no combate às plantações de coca.

O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), apresentou sugestão de estender o convite a mais autoridades, especialmente da área de meio ambiente, para ampliar o conhecimento sobre a questão e a análise das consequências da intervenção dos Estados Unidos. Emilia Fernandes concordou com a sugestão e disse que é preciso saber o que o governo brasileiro está fazendo para garantir a soberania nacional.

A CRE aprovou também a indicação de quatro nomes para ocupar o

cargo de embaixador do Brasil na Finlândia, no Haiti, no Azerbaijão e no Sudão. As indicações ainda dependem de aprovação em Plenário. Para a Finlândia, foi indicado o diplomata Luiz Henrique Pereira da Fonseca, que pretende estimular a parceria de empresas finlandesas e brasileiras, como no caso da Nokia e Gradiente.

O diplomata Armando Vitor Boissom Cardoso, indicado para o Haiti, afirmou que aquele é um país muito pobre, com indicadores sociais "desalentadores", e instável politicamente, o que tem afugentado investimentos internacionais.

CI examina incentivo a energia renovável

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina hoje, às 9h, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). O relator do projeto, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável à proposta, que já recebeu emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além do projeto de Lobão, a comissão analisa a indicação, pelo Executivo, de cinco nomes para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA).

O acompanhamento, feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da licitação para a concessão de áreas voltadas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural será também analisado pela comissão. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pediu novas informações ao TCU sobre o assunto. Está também na pauta requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) referente à criação de subcomissão destinada a apurar os casos de vazamento de óleo ocorridos no país.

Parlamento do Mercosul será debatido hoje em seminário

A institucionalização de um Parlamento para o Mercosul é tema de seminário que será realizado hoje no Plenário 8 da Câmara dos Deputados. O encontro, promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, terá início às 14h30.

Os palestrantes são David Zerge Fleischer, professor de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), que falará sobre o papel do Parlamento no processo de democratização e integração; Maria Cláudia Drummond, consultora legislativa do Senado para assuntos do Mercosul, que tratará da internalização de normas; e Celso de Tarso Pereira, diplomata, que irá discorrer sobre a solução de controvérsias. Também falarão Rosinethe Monteiro Soares, consultora da OEA, sobre a institucionalização e processo informal, e Antônio Ferreira Costa Filho, secretário-executivo da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.



Melo (E), ao lado de Nabor Júnior, lembrou a importância de todos os senadores tomarem conhecimento do novo serviço, detalhado por João Holanda (no destaque), do Prodasen



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Sen. Artur da Távola e Reco do Bandolim, presidente do Clube do Choro de Brasília, falam sobre o Dia Nacional do Choro
7h30 – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre o Teatro Bolshoi
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola – Brasil 500 anos* – A conquista da terra e da gente
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
9h30 – *Comissão de Infra-Estrutura* (vivo)
10h – *Sessão Plenária* (vivo)
14h – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre o Teatro Bolshoi
14h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Sen. Alberto Silva fala sobre o desenvolvimento e o desemprego
19h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
19h30 – *Cidadania* – Sen. Artur da Távola e Reco do Bandolim, presidente do Clube do Choro de Brasília, falam sobre o Dia Nacional do Choro

20h30 – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre o Teatro Bolshoi

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Portal vai dinamizar o trabalho parlamentar

Melo, que destaca o apoio de ACM à modernização da Casa, afirma que ferramenta colocada à disposição dos gabinetes é “extremamente valiosa”

A partir de agora, todos os senadores terão acesso a uma página personalizada na Internet com informações legislativas referentes a seu mandato. Nela poderão encontrar, de forma organizada, a tramitação de todos os projetos dos quais o senador seja autor ou relator, os discursos, os apartes e qualquer outra informação que envolva a atividade parlamentar. As informações, agrupadas dessa forma, só poderão ser acessadas com uso de senha – pelo senador ou seus assessores –, embora os dados sejam públicos e estejam disponíveis na Internet para qualquer cidadão.

A novidade, denominada *Portal Legislativo*, foi apresentada no Plenário do Senado ontem de manhã, em cerimônia presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Vice-presidente do Senado, Geraldo Melo destacou a importância de aglutinar num mesmo espaço informações tradicionalmente difíceis de recolher. “Nós, que convivemos no dia-a-dia com a necessidade de acompanhar o andamento dos trabalhos legislativos, sabemos que essa é uma ferramenta extremamente valiosa”, disse, lembrando a importância de todos os senadores tomarem conhecimento do novo serviço.

A criação do portal ficou a cargo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e as informações são alimentadas pela Secretaria-Geral da Mesa. O diretor da Divisão de Sistema Legislativo do Prodasen, João Holanda, explicou que todo o *site* do Senado é dinâmico, já que as informações disponibilizadas na Internet são

modificadas automaticamente, alimentadas por bancos de dados da rede, graças à informatização de todo o Senado. Até o fim do ano, informou, espera-se que os projetos de lei já sejam entregues à Secretaria-Geral da Mesa digitalizados, o que permitirá acesso, via Internet, aos textos legais gerados pelo Senado.

Além do senador Geraldo Melo, fizeram parte da Mesa durante a cerimônia o senador Nabor Júnior (PMDB-AC); o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, e a diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges. Melo destacou a importância do apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a modernização da Casa.

Senadores destacam plebiscito sobre dívida

Consulta popular realizada entre os dias 2 e 7 de setembro por um conselho de igrejas cristãs, entre as quais a Igreja Católica, mostrou que há uma corrente na sociedade contra o tratamento dado pelo governo à dívida externa. De um total de 5.476.115 cidadãos consultados, o que equivale a 5,16% do eleitorado, 95,02% se disseram favoráveis ao reestudo e à mudança dos acordos feitos com os credores internacionais. Os resultados foram anunciados em solenidade no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

A importância do plebiscito informal foi enfatizada por cinco senadores presentes ao evento: Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL), Marina Silva (PT-AC), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Tião Viana (PT-AC).

PSDB lança cartilha destinada aos jovens

O Instituto Teotônio Vilela, em conjunto com a Juventude do PSDB, lançou ontem, no Café dos Senadores, o II Laboratório de Aprendizagem Político. Trata-se da cartilha do partido destinada à formação política dos jovens tuicanos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente do instituto, apresentou formalmente a nova cartilha, e destacou o papel da instituição no sentido de realizar estudos políticos, sociais e econômicos, favorecendo o surgimento de novos quadros partidários.

De acordo com Alcântara, é preciso combater a apatia dos jovens, trazendo-lhes maior compreensão de todo o processo político. “Não podem ser jovens sem causa”, afirmou. Ele salientou que há total apoio da Executiva Nacional e do presidente do PSDB, Teotônio Vilela Filho, para a iniciativa do instituto. Também esteve presente o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), líder do partido no Senado.

ACM diz que Itamar perdeu o juízo no caso da fazenda em MG

A posição assumida pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, no episódio do cerco do Movimento dos Sem Terra (MST) à fazenda pertencente à família do presidente Fernando Henrique Cardoso foi considerada “inacreditável” pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães: – Se alguém tinha dúvidas sobre a sanidade de Itamar, depois desse gesto, dúvida não existe mais. Acredito que os mineiros estejam estarelecidos com a atitude do seu governador. É inacreditável, mas, infelizmente, é verdade – declarou.

Antonio Carlos discorda da opinião de que seria melhor se a fazenda fosse vendida. “Acho que deve ser respeitado o direito de propriedade, não do presidente, de qualquer brasileiro”, enfatizou.

O senador disse que mantém sua posição de que o MST precisa ser tratado com mais rigor:

– É por isso mesmo que eles estão agindo assim: porque aqueles que deviam não foram mais rígidos. Quando eu assumi a Presidência por sete dias (*em 1998*) não deixei não – comentou.

Plenário discute propaganda de fumo e bebidas alcoólicas após as eleições

O Plenário do Senado aprovou ontem o adiamento da discussão de requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que pedia a tramitação em conjunto de diversos projetos que tratam da proibição da propaganda do fumo e do álcool nos meios de comunicação. Os senadores acataram sugestão do presidente Antonio Carlos Magalhães, que propôs voltar à análise da matéria somente após as eleições de outubro.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Requião critica decisões de juíza e defende mudanças na Lei Eleitoral

No Paraná e em outros estados, afirma o senador, sentenças arbitrárias ameaçam o caráter democrático da campanha em curso e “denigrem a imagem da Justiça Eleitoral”

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem mudanças na Lei Eleitoral e na Justiça Eleitoral, como forma de “revisar o processo ditatorial que está prejudicando o sistema democrático brasileiro”. Ele pediu que advogados de todo o país enviem a ele “pérolas” proferidas por juízes em sentenças para serem editadas como uma antologia que será utilizada para estimular as mudanças.

Requião criticou veementemente a juíza Lenice Bodstein, da Justiça Eleitoral do Paraná, que determinou a retirada do ar de denúncia que vinha sendo divulgada na TV, em horário eleitoral gratuito, pela coligação de partidos liderada pelo PMDB paranaense.

O motivo alegado pela juíza, segundo ele, foi o uso, proibido por lei, de símbolo da prefeitura municipal de Curitiba. O senador explicou que o vídeo é uma denúncia e não propaganda eleitoral, e a deci-



Requião quer que lhe enviem, de todo o Brasil, exemplos de “pérolas” cometidas por juízes eleitorais

são deve ser revogada em instâncias superiores. “Mas, aí o tempo terá passado e a eleição terá sido concluída”, afirmou, observando que problemas semelhantes ocorrem em outros estados.

O vídeo suspenso pela juíza, continuou ele, mostrava que carros alugados pela prefeitura e os carros alugados para a campanha eleitoral do atual prefeito saíam da garagem da mesma locadora de veículos.

Outra sentença criticada pelo senador determinou a retirada do ar de propaganda que mostrava ima-

gens do governador Jaime Lerner na festa de casamento da filha, em iate de luxo, no rio Hudson, Nova York, com todos os integrantes do seu governo.

Essas cenas eram sobrepostas a outras mostrando a violência da PM contra os sem-terra. No vídeo, Requião repetia um dito popular: “Esse pessoal parece um balaio de caranguejos. Quando puxa um, vem a feira. Um grudado no outro”.

— Mas a juíza não parou por aí. Além do dito popular, que era a

base da nossa campanha, também proibiu qualquer referência a caranguejos ou o uso de imagem dos caranguejos. Esses juízes pensam que prejudicam o PMDB, mas apenas denigrem a imagem da Justiça Eleitoral — disse o senador.

TERCEIRIZADOS

Requião também pediu providências à Mesa junto à empresa Ativa, que fornece mão-de-obra terceirizada ao Senado, em favor dos funcionários que atuam na Casa. Segundo Requião, a empresa, de propriedade de Marcelo Roriz, vem atrasando sistematicamente o pagamento de salários e do auxílio-alimentação aos funcionários. Ele afirmou que a empresa recebe pontualmente as mensalidades devidas pelo Senado, mas não repassa com a mesma pontualidade aos funcionários. “Ou o Senado interrompe o pagamento ou assume os funcionários”, disse Requião.

Ademir alerta para destruição das universidades públicas do país

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que, apesar de mais de 90% da produção científica brasileira sair das universidades públicas, está “em curso uma política deliberada de destruição dessas instituições no Brasil”, afirmou.



Ademir Andrade condena desníveis entre as regiões

Segundo o senador, o problema se agrava em consequência dos desequilíbrios regionais. De cada 100 jovens entre 18 e 24 anos que tentam ingressar no ensino superior nas regiões Norte e Nordeste, apenas cinco são bem-sucedidos. Segundo Ademir, tais informações foram coletadas de dados divulgados pelo último Censo Escolar, realizado pelo Ministério da Educação.

Eduardo pede transcrição de artigos de Márcio Moreira Alves

O senador Eduardo Campos (PFL-TO) pediu em Plenário a transcrição nos Anais do Senado de dois artigos de autoria do ex-deputado e jornalista Márcio Moreira Alves publicados no jornal *O Globo*. Nos artigos, Moreira Alves relata como vê o atual estágio de desenvolvimento do Tocantins após recente visita ao estado.



Eduardo Siqueira Campos: trabalho reconhecido

Segundo ele, Márcio Moreira Alves relata elogiosamente a nova realidade vivida na capital do estado, Palmas, que, nos últimos 11 anos, atingiu níveis de desenvolvimento sem iguais no país.

— Os artigos são verdadeiros brindes a todas as conquistas de Palmas, onde construímos uma nova realidade. São o reconhecimento de um brasileiro ilustre ao nosso trabalho — disse Eduardo.

Tuma é contra penas mais brandas para os crimes hediondos



Romeu Tuma cobra medidas contra os neonazistas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou preocupação com a possibilidade de o projeto de reforma do Código Penal, em tramitação na Câmara, resultar no abrandamento das penas por crimes hediondos, permitindo que criminosos de alta periculosidade venham a ser beneficiados com liberdade condicional,

depois de cumprida metade da pena.

Para Tuma, “lugar de bandido perigoso é na cadeia”, e não se pode aceitar que a necessidade de vagas nos presídios sirva de pretexto para soltar criminosos sem capacidade de ressocialização. “É um absurdo querer acabar com a classificação de crimes hediondos para permitir leis mais brandas para esses bandidos. A sociedade não aceita e eu, também, não”, afirmou.

Tuma alertou, ainda, para a ação dos neonazistas que se denominam *skinheads* e perseguem judeus e nordestinos com ameaças, rasgando à faca a Bandeira brasileira. Ele disse que tais fatos não são simples brincadeiras, e que essas pessoas “são desvairadas e perigosas, merecendo investigação e punição exemplares”.

Tebet faz balanço positivo dos dez anos do Código de Defesa do Consumidor

O aniversário de dez anos do Código de Defesa do Consumidor foi comemorado ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele afirmou que o código “é exemplo de lei boa, que pegou”, além de demonstração da “evolução no exercício da cidadania no país” e “instrumento dos fracos contra os poderosos”.

Antes da entrada em vigor do código, em 11 de setembro de 1990, o cidadão ficava sem proteção diante do fisco e de comerciantes inescrupulosos, sem qualquer recurso de defesa, disse o senador. Após o código, os cidadãos, conscientes de seus direitos, passaram a reclamá-los em foros como os Procons e os juzados de pequenas causas, completou. “Houve evidente avanço da cidadania e um efetivo aperfeiçoamento da democracia”, observou Tebet.

Para ele, o comportamento da opinião pública no processo eleitoral também tem sido de crítica à demagogia e às promessas



Tebet diz que o código brasileiro é “dos mais avançados do mundo”

vãs, o que o senador interpreta como sinal de que a sociedade brasileira passa por profundas mudanças.

Ramez Tebet citou dados segundo os quais em 1990 os Procons registraram 17 mil consultas, 3 mil delas no Rio de Janeiro. Já em 1999, os Procons receberam 289 mil consultas, 47 mil no Rio de Janeiro. Tebet lembrou que o código foi fruto de intensos debates que envolveram todos os segmentos sociais interessados e, na opinião de especialistas abalizados, resultaram em trabalho impecável. Esses especialistas afirmam que o código do Brasil “é dos mais avançados do mundo”, acrescentou, destacando que “isto deve ser motivo de orgulho para os brasileiros”.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apartou Tebet para dizer que, entre vários projetos de código, o que foi finalmente aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo teve a autoria de um senador, Jutahy Magalhães.